

“Eu apenas queria que você soubesse
Que aquela alegria ainda está comigo
E que a minha ternura não ficou na estrada
Não ficou no tempo presa na poeira (...)
E que a ATITUDE de recomeçar é TODO DIA TODA HORA
É se respeitar na sua força e fé (...)
(Gonzaguinha)

O fortalecimento do Sinergia CUT, os impactos das mudanças no setor, a estratégia de atuação nas lutas prioritárias e a intensificação da organização e da mobilização da categoria para os próximos anos. São esses alguns dos temas prioritários que os energéticos do estado de São Paulo estão convocados a debater neste **3º Congresso do Sinergia CUT**. Mais do que um momento de reflexão coletiva para traçar a estratégia da ação sindical e resistir com sucesso aos desafios a serem enfrentados no próximo período, é a hora de renovarmos a disposição de luta da categoria na tomada das atitudes necessárias para a conquista de melhores condições de trabalho e de vida tanto no trabalho e quanto na aposentadoria. Os desafios a serem enfrentados são muitos e são complexos, exigindo de nós a chamada atitude disciplinada que pressupõe determinação, autocontrole, convicção, atenção, esforço e responsabilidade. É necessário mantermos os objetivos aqui definidos e aprovados sempre em mente, a fim de superar os momentos de desânimo do cotidiano para atingirmos as nossas metas, confiando em nossa própria capacidade de aprender e de mudar o fluxo da vida.

É ainda um momento de aprendizado, com os vários temas que serão desenvolvidos em mesas de debates com a participação de lideranças políticas e sindicais que acompanham de perto nossas lutas, desafios e vitórias. Esses companheiros trarão muita informação atualizada que garantirá que os energéticos façam um debate de alto nível sobre a conjuntura política, econômica e sindical, a partir da análise dos cenários internacional, nacional e estadual. A partir da compreensão do atual momento político que o Brasil atravessa, cabe a nós, energéticos de São Paulo, engrossar o movimento nacional liderado pela CUT para resistir não só ao processo de privatizações, em particular, a privatização da CTEEP, como também, resistirem aos ataques vociferantes da força da direita, em busca da garantia das liberdades democráticas e as transformações para o sucesso da mobilização sindical e popular.

Há temas específicos da categoria que serão abordados no **2º Congresso dos Gasistas do Estado de SP** e no **12º Congresso dos Eletricitários de Campinas**. Os energéticos definirão as reformas estatutárias necessárias para uniformizar legalmente as entidades, as mudanças inadiáveis para viabilizar a sustentação financeira da entidade, as diretrizes para garantir o sucesso das campanhas salariais e a estratégia para assegurar a vitória da chapa da direção nas eleições do Sindgasista e das chapas formadas por dirigentes do Sinergia CUT na FNU (Federação Nacional dos Urbanitários) e nas CUTs Estadual e Nacional.

Instância máxima de decisão da categoria, o **3º Congresso do Sinergia CUT** será certamente enriquecido com a ampla participação e as boas idéias dos cerca de 300 delegados eleitos democraticamente para a construção de propostas que objetivam fortalecer a luta que mantém os energéticos na vanguarda do movimento sindical combativo, referência nacional de liberdade e autonomia sindical na prática. Portanto, vamos aqui e agora assumir mais uma vez o controle das nossas atitudes para o futuro. Nossa melhor recompensa será perceber que não há limites para a nossa ousadia, a nossa atuação e o nosso fortalecimento. E que a atitude de recomeçar é todo dia, toda hora. Bom trabalho!

Coordenação do Congresso – Dez/05

1- Conjuntura Internacional, Nacional e Setorial

1. No mundo inteiro, o avanço da ofensiva liberal das últimas décadas tem buscado destruir as conquistas históricas da classe trabalhadora e minar sua resistência. Através da tentativa de dominação nas esferas econômica, política, militar e cultural, as potências capitaneadas pelo Estado norte-americano procuram passar por cima da soberania das nações, impondo regras que favoreçam o grande capital financeiro, em detrimento do produtivo. Assim, trata-se de um despotismo econômico, apoiado pela superioridade militar e pelo conseqüente domínio político, tudo isso sob um manto de aparente democracia.

2. Nesse contexto, as alternativas são poucas, de difícil constituição e propagação. Por um lado, em que pese o avanço dos partidos de esquerda, em especial na América Latina – em países como o Brasil, Uruguai, Venezuela e Argentina – os governos progressistas, premidos por uma ordem internacional inibidora de alternativas, sofrem sérios limites ao manejo da política pública, convivendo com a fragilidade imposta pela abertura econômica e a desregulamentação. Por outro lado, essas experiências, por significar um avanço do processo de resistência à globalização financeira, sofrem constantes ataques e tentativas de desconstituição política interna e externa.

3. No Brasil, atualmente, vivemos um momento permeado por uma tentativa de reversão, por parte da oligarquia direitista, da conquista alcançada pelos trabalhadores ao eleger Lula Presidente. É preciso olhar com cuidado os diversos elementos dessa conjuntura, para dar conta, com maior clareza, do imenso desafio e das tarefas que o movimento organizado dos trabalhadores tem pela frente.

4. O primeiro elemento que se evidencia na compreensão do sentido da crise é que há uma campanha arquitetada por setores da direita que tentam desgastar o atual governo a ponto de impossibilitar a continuidade de um projeto político democrático popular e retomar o projeto neoliberal adotado pelos governos anteriores. Isso porque tais setores direitistas, que se mantiveram firmes na oposição ao atual governo, em nenhum momento, abriram mão do seu projeto neoliberal. Mais do que desgastar um nome, é uma estratégia de desgastar qualquer projeto político democrático popular, bem como minar sua resistência às políticas liberais.

5. Como parte desta estratégia, alternam-se táticas de ora apresentar os representantes legítimos do projeto político democrático popular como corruptos, ora como incompetentes. Isso tudo apoiado por uma mídia que atende aos interesses dessas elites da oposição, abafando notícias que possam demonstrar a verdade dos acontecimentos e procurando desqualificar o governo federal e suas instâncias diversas.

6. Um segundo elemento é que o Brasil tem um sistema político complexo e perigoso, no qual a governabilidade passa pela necessidade de criar maiorias parlamentares. Esse regime presidencialista bicameral, que convive com um sistema multipartidário caracterizado por alto grau de fragmentação, incorre em uma grande dificuldade do presidente eleito contar com a maioria parlamentar. Uma vez no governo, o presidente de plantão, para executar sua agenda, vê-se no imperativo de negociar para formar uma coalizão eleitoral. O chefe de governo enfrenta o desafio de montar e administrar suas respectivas bases. Essa dificuldade

é ainda maior em um governo que, de forma peculiar e pela primeira vez na história nacional, defende interesses contrários ao poder direitista.

7. O governo Lula assumiu em meio a um cenário de incertezas, com uma proposta de mudança, expressa durante a campanha, já que o diagnóstico era de que a política empreendida no período anterior trouxera conseqüências ruins aos trabalhadores. Recebeu uma herança de difícil solução, mas dispôs-se a, seriamente, trabalhar sobre ela para mudar as condições de crescimento do País. O governo federal deu passos importantes no sentido da maior inclusão social. Aperfeiçoou os instrumentos de crédito e comercialização agrícola, destinando recursos em especial aos agricultores e assentados da reforma agrária, iniciando a implementação de um Plano Nacional de Reforma Agrária amplamente discutido com segmentos do campo. Estabeleceu planos inovadores e ousados de assistência social, com programas como o Bolsa Família e o Fome Zero, que beneficiam mais de 7 milhões de famílias carentes. Buscou a universalização da energia elétrica no país através do Programa Luz para Todos, destinado às famílias de menor renda. Criou o programa Brasil Alfabetizado, que já alfabetizou 6 milhões de pessoas em mais de 5 mil municípios, e o Programa Brasil Quilombola, que reconhece e demarca terras ocupadas por remanescentes dos quilombos. Para melhorar as possibilidades de inserção no mercado de trabalho, aperfeiçoou o Programa Primeiro Emprego, com qualificação e intermediação para jovens de baixa escolaridade. Instituiu reformas importantes, como a de previdência, do jurídico e a tributária.

8. Porém, dados os condicionantes políticos do país, nem todas as reformas necessárias à retomada do crescimento em novos patamares foram implementadas. De modo geral, pode-se dizer que a atividade econômica tem apresentado um comportamento variável, alternando pequenos ciclos de expansão e contração. Também de modo geral, pode-se dizer que a inflação foi reduzida e está sob controle, que o risco-Brasil é decrescente, que o governo vem administrando a dívida pública e que há uma melhoria nas contas externas. Evidentemente, todos esses elementos devem ser considerados à luz de seus limites e possibilidades.

9. A atual gestão econômica tem privilegiado o ambiente de estabilidade econômica, o que faz com que o nível de expansão de emprego e renda seja limitado pela elevada taxa de juros. Faz-se necessária, em primeiro lugar, uma política direcionada de transferência de renda às camadas mais empobrecidas da população, que promova um envolvimento da institucionalidade pública como um todo em um novo patamar de distribuição de renda. O governo tem implementado políticas que caminham nesse sentido, e é preciso ampliá-las. Ilustrativa, nesse sentido, é a significativa oferta de subsídios e crédito destinados a rendas menores. O crescimento da oferta de crédito pelos bancos estatais (BNDES, Banco do Brasil e Caixa) tem servido para minimizar efeitos recessivos de alguns elementos da política macroeconômica. Milhares de trabalhadores passaram a ter acesso, nos últimos anos, ao microcrédito e ao empréstimo consignado com juros baixos, o que impulsiona o consumo das famílias e o crescimento da economia.

10. Por outro lado, a trajetória do crescimento econômico - ainda que não seja nada excepcional e apresente um comportamento oscilante - tem sido certamente melhor do que a do período anterior (2,3% médios entre 1985 e 2003). Após um crescimento do PIB de 4,9% em 2004, as estimativas apontam para um crescimento de cerca de 3,5% em 2005, propiciado principalmente pela combinação de um ambiente externo favorável, altas taxas de juros e um confortável saldo comercial (projetado para US\$ 40 bilhões em 2005). Embora ainda esteja em níveis pequenos,

comparados à economia mundial e mesmo à latino-americana, o crescimento econômico vem tendo uma repercussão positiva sobre o mercado de trabalho, reduzindo os níveis de desemprego e ampliando a geração de postos de trabalho formais. Em 32 meses do atual governo, foram criados 324% mais empregos formais do que FHC em 8 anos. De janeiro de 2003 a agosto de 2005, foram criados 3,38 milhões de postos de trabalho com carteira assinada, contra apenas 797 mil entre 1994 e 2002. Essa, com certeza, é uma diferença significativa. Mesmo com os grandes sacrifícios feitos em prol da estabilidade econômica, está havendo crescimento da produção e expansão de oportunidades, o que significa começar a rumar para novos patamares de inclusão social.

11. O atual governo, em busca de equilíbrio, optou por uma estratégia de transição, mantendo um projeto macroeconômico com contradições, a fim de garantir a confiança internacional do sistema financeiro e a estabilidade. Agora que já sinalizou sua confiabilidade e vem atingindo essas metas, precisa avançar e buscar uma transição econômica que seja o suporte para uma política social que atenda os anseios dos movimentos sociais e que, ao mesmo tempo, lhe permita manter-se no poder e aplicar mais mudanças sociais em um segundo mandato. Assim, não se pode exigir uma mudança brusca na política econômica, já que essa poderia alterar alguns importantes fundamentos. Mas, certamente, é necessária uma alteração gradual, que propulsione melhores condições de investimento e emprego. Cabe-nos exigir que, no próximo período, a política de metas de inflação seja afrouxada, em prol de uma política que estabeleça metas de crescimento.

12. De qualquer forma, para garantir a ampliação das condições de crescimento e que para que isso possa se traduzir em melhorias para o povo, é imprescindível que não deixemos os neoliberais voltarem ao poder. A escolha de 2006 será entre o avanço e o retrocesso, entre o atual governo e as forças da direita. Portanto, é fundamental reeleger o governo dos trabalhadores.

13. É preciso ter em conta que o ataque vociferante da direita ao atual governo tem alguns objetivos que em nenhum momento são explicitados, mas que precisamos compreender com clareza para precisar nossa tática. Em primeiro lugar, a direita pretende empreender a política de "sangrar, mas não matar" em relação ao atual governo. Essa opção dos tucanos pretende desgastar ao máximo o governo, sem retirá-lo através de um processo de derrubada formal ("impeachment"), visando colocá-los em melhores condições na disputa democrática do processo eleitoral de 2006. Voltariam, assim, "nos braços do povo", na sua ótica. Com isso, a direita também conseguiria desgastar politicamente seu opositor histórico que se manteve como liderança da resistência às políticas neoliberais implementadas pelo tucanato durante os "longos" anos 90 e, tendo crescido com as lutas, logrou derrotá-lo nas eleições de 2002.

14. Por último, o golpe derradeiro e mais profundo: a tentativa de destruir as lideranças tradicionais da classe trabalhadora e a resistência organizada ao liberalismo, à maior flexibilização das relações de trabalho, à quebra das conquistas históricas do operariado. E, com isso, impor à sociedade brasileira a lógica de que os trabalhadores, decididamente, não servem para tomar as rédeas do poder. Devem, portanto, subordinar-se passivamente às imposições da classe dominante, não só na esfera da produção, mas em todas as esferas de poder.

15. Nessa conjuntura, em que se acirra ainda mais a disputa por uma hegemonia diferenciada daquela construída pelas elites no decorrer da história brasileira, aos trabalhadores cabe alçar uma condição de maior isonomia para os debates e enfrentamentos políticos, técnicos e sociais frente ao capital e ao Estado.

Conviveremos, nesse próximo período, com dois cenários, claramente demarcados: de um lado, a possibilidade de continuidade de um projeto democrático-popular, mesmo com todas as suas insuficiências e agravado por uma dificuldade em manter maioria no parlamento; e, de outro, a volta da direita, encarnada pelo conservadorismo dos partidos representantes dos interesses da oligarquia direitista. Alterar esse quadro só dependerá de nossa capacidade de mobilização e investimento na luta pelas liberdades democráticas.

16. A partir da compreensão de que essa é a lógica da direita brasileira, nos cabe a tarefa de resistir a todas essas tentativas de desgaste, fortalecendo a luta pela manutenção do projeto político democrático popular, como única possibilidade de luta da classe que possui reais chances de derrubar a direita brasileira.

17. No estado de São Paulo, devemos atentar também para o governo de Geraldo Alckmin – terceiro mandato tucano consecutivo à frente do Estado de SP e possível candidato à próxima eleição da Presidência da República - que vem desenvolvendo uma política entreguista das estatais energéticas paulistas através da continuidade do Programa Estadual de Desestatização, colocando em risco as conquistas históricas dos trabalhadores e a qualidade de um serviço essencial e estratégico à sociedade.

18. A trajetória dos governos tucanos em SP é marcada por ataques incessantes à classe trabalhadora: dilapidação do patrimônio estatal, crescimento da dívida pública, aumentos abusivos no transporte público, cortes de verbas para a educação, arrocho nos salários do funcionalismo, repressão brutal às mobilizações dos trabalhadores e estudantes, são apenas alguns dos elementos que nos fazem reafirmar a oposição a esse governo liberal e entreguista.

19. Diante dessa conjuntura, cabe aos movimentos sociais - além de lutar pela manutenção do projeto político democrático popular - sinalizar para as mudanças políticas, econômicas e sociais que tanto é desejada, como vem sendo feito, por exemplo, pela CUT, que cumprindo sua agenda sindical, está saindo às ruas e empunhando as bandeiras de transformação social. Junto com a Central, devemos cobrar do governo federal uma agenda positiva que retome a luta histórica partidária, incluindo: **mudança da política econômica, política vigorosa de geração de empregos, aumento do salário mínimo, intensificação da reforma agrária, implementação de políticas sociais de moradia, saúde, educação.**

20. No caso de São Paulo, devemos, de imediato, impedir que o governo estadual tucano promova a venda de nosso patrimônio público. Além disso, devemos assumir o compromisso de intervir nas eleições gerais, buscando lutar contra qualquer candidatura e possível eleição de candidatos que perpetuem o projeto neoliberal, pois defendemos que o Brasil não está à venda! Portanto, nosso plano principal para o Estado é de *lutar contra a imoralidade que vemos na política adotada pelo tucanato, derrotando sua política privatista.*

1.2 – Setor Elétrico

21. Desde meados dos anos 90 até a presente data, o setor elétrico vem passando por mudanças no sentido de transformar a energia elétrica em um negócio de elevada lucratividade para o capital privado, principalmente no estado de São Paulo. Embora o setor seja de infra-estrutura, fundamental para o desenvolvimento do país, a energia vem sendo tratada como uma mercadoria não específica, como se o consumidor de energia não estivesse submetido a uma lógica monopolística e pudesse “escolher” comprar energia de uma ou outra empresa. Infelizmente, essas mudanças vêm sendo implantadas gradativamente no Brasil, há quase 10 anos, através da transferência dos ativos do Estado do setor elétrico para a iniciativa privada.

22. Dessa forma, uma das maiores preocupações do Sinergia CUT tem sido o efetivo combate ao processo de privatização do setor elétrico. Passados alguns anos do início dessa experiência, resta claro que esse processo tem trazido efeitos maléficis à classe trabalhadora, à sociedade como um todo e aos próprios sindicatos, atingindo mesmo os mais representativos como o Sinergia CUT.

23. Como mostra a experiência concreta, as empresas privatizadas buscam incessantemente lucros cada vez maiores e no menor espaço de tempo, através da redução drástica de custos. Isso, por um lado, resulta em práticas como o fechamento de postos de atendimento à população; por outro, envolve a implantação de novas tecnologias poupadoras de mão-de-obra, a redução de quadro pessoal com demissões de trabalhadores, a aceleração do processo de terceirização, ou seja, um movimento geral de precarização do trabalho. Os trabalhadores do setor elétrico, por sua vez, têm enfrentado uma realidade amarga nesses últimos anos, com importantes repercussões sobre suas representações. O desemprego e os ataques aos direitos dificultam a organização dos trabalhadores e essa realidade impõe a necessidade de mais atividades para resistir a essa dinâmica.

24. As conseqüências do processo de privatizações são visíveis: queda na qualidade dos serviços e no atendimento ao público, aumento dos acidentes de trabalho e das tarifas. O mundo inteiro vem passando por esse processo - de países em desenvolvimento aos mais avançados - o que tem levado mesmo os analistas mais tradicionais a se preocuparem com o baixo nível de investimentos operado pelo setor privado e pelo aumento dos custos globais de energia, entre outros problemas.

25. Os dados das empresas do setor elétrico indicam que, a partir do início desse ano, qualquer eventual prejuízo que possa ter sido enfrentado com o “apagão” de 2001 foi totalmente revertido. Na verdade, o “apagão” de FHC teve impactos muito mais fortes sobre a população do que sobre as empresas, já que houve uma clara socialização das perdas com os consumidores. Prova disso é que, enquanto os consumidores eram largamente afetados através do racionamento e dos aumentos nas tarifas, as empresas ampliavam seus lucros e rentabilidade. O repasse de vários novos itens para as contas de luz e os generosos aumentos tarifários vêm garantindo às empresas do setor uma das lucratividades mais elevadas de toda a economia brasileira.

26. No caso do Estado de São Paulo, o Programa Estadual de Desestatização (PED), criado no Governo Mário Covas, foi retomado pelo atual Governo Estadual de Alckmin (presidente do PED naquele governo). Apesar de ter enganado o povo nas eleições, afirmando que nada mais seria privatizado, o governo Alckmin procura justificar a privatização como forma de sanar as contas do Estado. Devemos ter claro que essa justificativa é mentirosa, já que a dívida pública permanecerá e as

privatizações serão incapazes de amortizá-la significativamente. Por outro lado, terá como inevitável resultado a piora nesse serviço público e o desmonte dos direitos dos trabalhadores.

27. Ainda pior, é a própria justificativa para a privatização da CTEEP. O trator tucano - em mais uma manobra que contou com o apoio da bancada governista da Assembléia Legislativa - conseguiu incluir a estratégica transmissora CTEEP no programa de privatizações, dando o primeiro passo para vender também as ainda estatais CESP e EMAE. A desculpa de Geraldo Alckmin foi a necessidade de sanear a geradora CESP, mergulhada em grave crise financeira e endividada em mais de R\$ 13 bilhões, apesar dos vários empréstimos contraídos inclusive junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Isso aponta, no mínimo, má gestão do dinheiro público - já que ninguém sabe onde foi parar o dinheiro arrecadado com as privatizações anteriores - e oportunismo eleitoreiro do tucano assumidamente pré-candidato ao Palácio do Planalto. Diante disso, e da intenção do governo Alckmin de rifar a CTEEP em leilão marcado para fevereiro/2006, é preciso intensificar nossa resistência, investindo na mobilização intensa da categoria nessa luta e na sensibilização da sociedade, ajuizamento de ações para barrar o processo de privatizações e denúncias das irregularidades do setor.

28. Desde a criação do PED em 1996, muitos foram os interlocutores - do cenário político do estado de São Paulo - que uniram forças na luta do Sinergia CUT contra o processo de privatizações das empresas do setor elétrico paulista. Inúmeros foram os deputados estaduais da Bancada Petista que apoiaram essa luta, destacando-se o apoio do atual Deputado Federal Arlindo Chinaglia e o Deputado Estadual Rui Falcão à época, com o Projeto de Lei 596/95 que deu origem ao Conselho Estadual de Serviços Públicos de Energia. Também, muito tem contribuído, ao longo dessa história de luta, o nosso companheiro Deputado Sebastião Moreira Arcanjo - "Tiãozinho" - dirigente do Sinergia CUT, que tem desempenhado um papel fundamental na ALESP em defesa dos interesses da sociedade e da classe trabalhadora. Durante o seu mandato, entre outras lutas, assumiu a interlocução das denúncias ao processo de privatização e de suas conseqüências aos consumidores e aos trabalhadores, convocando diversas Audiências Públicas, cobrando as empresas no sentido de esclarecerem a reestruturação, a queda da qualidade dos serviços, o aumento dos índices de acidentes de trabalho e obstaculizando e apresentando alternativas à privatização da CTEEP.

29. Essa luta contra o processo de privatização também deve estender-se em nível nacional, pois as empresas federalizadas - tais como ELETROACRE, CEAL, CEAM, CEPISA e CERON - provavelmente serão os próximos alvos do processo de privatizações, pois o governo federal já afirma que as empresas encontram-se deficitárias, sendo necessário saná-las para torná-las mais competitivas. Daí a necessidade de antecipar as mobilizações que possam obstaculizar qualquer intenção de venda desse patrimônio nacional, pois cabem aos movimentos sociais - a sociedade como um todo - e particularmente, o Sinergia CUT no setor elétrico, praticar o controle social objetivando monitorar e fiscalizar esse processo de privatização das empresas elétricas.

30. O processo de privatização está ligado à terceirização: as empresas elétricas privadas, objetivando aumentar a sua lucratividade, repassam parcelas crescentes de seus serviços e, conseqüentemente, os vínculos empregatícios e obrigações trabalhistas a outras empresas prestadoras de serviços, que para vencerem as contratações, oferecem prestações de serviço a reduzidos preços. Com isso, o trabalhador é o maior prejudicado: longas jornadas de trabalho sem qualquer segurança, em troca de baixíssima remuneração. Entre os trabalhadores dessas empresas prestadoras de serviços, além da óbvia precarização das relações de

trabalho, estão as piores condições de trabalho, como mostram os índices de acidentes.

31. A privatização das empresas elétricas ainda reduziu drasticamente o seu quadro de trabalhadores. Isso repercutiu em um entrave à economia do Estado, pois em 1995, tínhamos nas três empresas públicas de energia Elétrica em São Paulo (CESP, Eletropaulo e CPFL) cerca de 38.000 trabalhadores. Ao final do ano de 2004, com as empresas que foram cindidas e sob gestão privada, havia pouco mais de 17.000 trabalhadores do quadro pessoal próprio - uma redução de 55%!

32. A diminuição da categoria tem sido vertiginosa, refletindo diretamente nos índices de sindicalização do setor elétrico. Em 1993, o STIEEC possuía um grau de sindicalização em sua base legal da ordem de 85%, com cerca de 15.000 trabalhadores elétricos da ativa sindicalizados, e hoje somos pouco mais de 6.000 sindicalizados, com 71% de sindicalização. Ou seja, uma queda de 55%! As razões para essa situação são muitas.

33. Além do aumento de desemprego no setor e o acentuado processo de terceirização, cabe lembrar que houve mudanças na Lei de Previdência, sob a égide neoliberal de FHC, que extinguiram a Aposentadoria Especial para o Eletricitário, o que levou muitos trabalhadores a solicitar a aposentadoria proporcional, portanto, precoce. Estes aposentados, por sua vez, colaboraram com a redução de sindicalização do setor elétrico - como se observa na prática, os aposentados não possuem, em sua grande maioria, interesse em permanecer representados por sindicatos de sua categoria.

34. Vale destacar que os efeitos das privatizações tiveram um alcance tão extenso que até o próprio perfil do trabalhador foi modificado. Agora, as empresas privadas exigem polivalência e multifuncionalidade, e são adotadas agressivas políticas de recursos humanos pelos novos controladores das empresas, buscando intimidar os trabalhadores - Assédio Moral - e afastar o Sindicato do ambiente de trabalho. Entre elas, os Programas de reestruturação e de Saída Incentivada e os métodos ameaçadores de Avaliação de Desempenho.

35. É nesse contexto que o Sinergia CUT posiciona-se contra as privatizações das estatais do setor. Devemos lutar, até o último momento, para que essas sejam barradas de acordo com o Plano de Lutas aprovado pela Plenária deste Congresso.

36. Nesse sentido, é fundamental conquistarmos espaços de intervenção efetiva na regulação do setor. Portanto, defendemos a participação dos trabalhadores dentro das Agências Reguladoras para que estas desempenhem efetivamente o seu papel de fiscalizadoras.

37. É necessário esclarecer que o Sinergia CUT não é contrário ao capital privado no setor elétrico, como vem ocorrendo nos leilões de linhas novas de transmissão de energia elétrica promovidos pelo governo federal. Esse tipo de investimento privado, além de gerar novos postos de emprego, resulta na melhoria do sistema interligado e contribui para expansão e acesso à energia elétrica nas regiões menos favorecidas. Porém, o Sinergia CUT é contra a dilapidação de um patrimônio público de infra-estrutura que muitas vezes é vendido a preços irrisórios para favorecer o capital privado, além dos próprios efeitos perversos deste tipo de processo de privatização aos trabalhadores. Dentre esses efeitos, podem-se destacar aqueles que afetaram diretamente os aposentados da Lei 4819/58, pois esta lei garantia aposentadoria integral dos trabalhadores de estatais aposentados até 1974. Contudo, para preparar a venda da CTEEP, as folhas de pagamento

desses aposentados foram deslocadas à Fazenda que, atualmente, vem tentando reduzir e acabar com alguns benefícios já existentes, resultando em uma redução das remunerações.

38. Esse patrimônio público se fosse bem gerenciado, poderia ser benéfico à sociedade e aos trabalhadores. A energia não pode ser tratada como uma mercadoria qualquer. Ela deve ter um padrão de qualidade que atenda as necessidades de toda a população, o que não é condizente com redução e precarização das condições de trabalho, com o sucateamento desta infra-estrutura tão importante para o desenvolvimento de um país e, ainda mais com poucos investimentos.

39. Vale destacar que embora o SINERGIA CUT seja favorável a expansão do setor de elétrico e de gás, apóia a utilização das energias solar, eólica, biogás e outras, igualmente limpas, com programas de massificação para esta utilização, como foi feito no Luz para Todos, com o objetivo da preservação ambiental e conservação das fontes de energia.

1.4 – Setor de Gás

40. Com a crise internacional do petróleo – cujo preço do barril já atinge a casa dos US\$ 70, enquanto há três anos atrás não passava de US\$ 20 – pode haver uma aceleração no processo de mudança da matriz energética brasileira, intensificando a utilização de produtos como álcool e biomassa em substituição aos combustíveis fósseis. Nos últimos anos, tem se reduzido a participação da lenha e do carvão vegetal e ampliado a utilização do gás natural e dos derivados da cana.

41. No caso do gás natural, que há 30 anos era responsável por apenas 1% da oferta interna de energia, chegou a 8,9% em 2004¹. A distribuição de gás natural no Brasil tem crescido especialmente nos últimos anos - entre 2000 e 2004, a participação do petróleo na matriz energética caiu de 45,5% para 39,1%, enquanto o gás aumentou 3,5% - ampliando a concorrência no setor, que atualmente tem 26 empresas distribuindo gás canalizado (21 estatais e 5 privadas). A produção total de gás chega hoje a cerca de 50 milhões de metros cúbicos por dia (incluindo volumes de reinjeção, queimas, perdas, consumo próprio e o volume condensado na forma GLN).

42. Dessa forma, há vários elementos que apontam um forte crescimento na participação do gás natural na oferta de energia, já que em agosto a Petrobrás anunciou a ampliação dos investimentos para a área de gás e energia (no total de US\$56 bi entre 2006 e 2010). Além disso, foi ampliado o volume de gás direcionado para as usinas térmicas (de 9 para 46,4 milhões de m³), na intenção de elevar a produção no setor para 99 milhões de metros cúbicos por dia (o dobro do patamar

¹ A substituição do petróleo pelo gás natural tem se ampliado no mundo inteiro. Em 1973, ano do primeiro choque do petróleo, 45% do total da energia fornecida no mundo era de origem petrolífera e 16,2% eram provenientes de gás natural, segundo dados da Agência Internacional de Energia (AIE). Trinta anos depois, o petróleo e seus derivados reduziram sua participação para 34,4%, enquanto o gás passou a responder por 21,2% do total.

atual) até 2010. Embora o Sinergia CUT seja favorável ao aumento de consumo de gás, posiciona-se firmemente contra as usinas térmicas na base de produção, pois a produção de energia elétrica por meio da queima de gás quando comparada à energia hidrelétrica - o potencial hidrelétrico brasileiro é imenso – é muito cara. Entretanto, não se deve descartar a hipótese de um futuro esgotamento do potencial hidrelétrico. Por isso, é necessário desde já, um processo de descentralização da geração elétrica para a co-geração que deverá ser incentivada pelos governos federais e estaduais para maior confiabilidade e eficiência energética e, portanto, menores tarifas ao consumidor.

43. Assim, não há dúvidas de que o gás é uma fonte energética já consolidada diante do crescimento de sua produção e consumo brasileiro. No entanto, o acesso a essa fonte energética alternativa esbarra com o abusivo reajuste do gás natural produzido no Brasil, que foi de 6,5% em setembro, somado aos 5% a partir de 1º de novembro deste ano. Nesse sentido, é preciso garantir sua acessibilidade, criando as condições necessárias para maior e melhor utilização para os consumidores residenciais e do pequeno comércio. O reajuste não pode afetar a universalidade e o caráter social do gás como energético que garante mais qualidade de vida, por ser uma opção segura e ambientalmente correta.

44. A expansão do setor de gás tem caminhado junto com a criação de novas empresas, gerando novos postos de trabalho. Porém, boa parte dessas unidades tem trabalhado com o máximo possível de flexibilização, intensificando a utilização de formas alternativas de trabalho como o terceirizado. O Sindgasista/Sinergia CUT ainda que contrário ao processo de terceirização e seus efeitos, tem desenvolvido uma boa política de representação dos trabalhadores dessas empresas prestadoras de serviços.

45. A rápida inserção do gás natural também está demandando, do parlamento brasileiro, a criação de leis que visem atender este novo segmento industrial. Neste campo, é prioridade para nossa reivindicação, lutar por uma legislação que garanta o direito de intensificar o trabalho já feito pelos sindicatos verdadeiramente representativos, como o Sinergia CUT, na organização e representação dos trabalhadores do setor de gás.

46. A defesa do setor energético - gás e eletricidade, no estado de São Paulo, é uma das prioridades na atuação do SINERGIA CUT. Ações de mobilização, pressão, negociação, jurídicas e institucionais conferem maior credibilidade e legitimidade ao SINERGIA, pois desde o início do processo de desmonte e venda das empresas tivemos uma luta incessante, particularmente no campo institucional, ocupando o espaço legislativo com essas ações de pressão, mobilização e proposições de interesse dos trabalhadores e trabalhadoras do setor.

47. No último período, agregamos a essa luta um componente fundamental e estratégico, que foi a eleição de um energético para a Assembléia Legislativa, o companheiro Tiãozinho. Com ele, firmamos o compromisso de luta pela defesa do setor energético e dos serviços públicos sob controle social. Seu mandato tem sido um potencializador dessa luta além de uma importante ferramenta na consolidação do SINERGIA CUT. Tiãozinho, no seu primeiro ano de mandato, assumiu a Comissão de Serviços e Obras Públicas, discutindo temas centrais para o desenvolvimento sustentável do Estado, especialmente os referentes ao setor energético. Esse trabalho conjunto propiciou a obtenção de importantes resultados, a exemplo da abertura de novos postos de atendimento ao consumidor de energia elétrica, mudança nos procedimentos em relação às fraudes de energia, melhoria dos programas de regularização e universalização dos serviços públicos.

2- A CUT Nacional e Estadual e a FNU – Cenários e Prioridades de Ação

48. Romper com as amarras de uma estrutura sindical de concepção corporativa, antidemocrática e autoritária, importada por Getúlio Vargas da Itália fascista em 1930, responsável pela pulverização e enfraquecimento da representação e organização dos trabalhadores, que colocou os sindicatos como órgãos de colaboração de classes e atrelados ao próprio Estado, foram premissas que orientaram o nascimento da CUT, aliadas a uma concepção de transformação social, rumo a uma sociedade mais justa, democrática e socialista.

49. Nesse último período, a CUT tem pautado sua atuação, tanto internamente quanto no contexto nacional e, em especial, com relação ao movimento sindical, reafirmando seu papel classista e assumindo uma postura de vanguarda e combatividade. Diante da atual crise, desencadeada a partir das denúncias de corrupção contra o governo, a CUT posicionou-se firmemente, exigindo apuração imediata e punição dos corruptos. Por isso, foi levantada a bandeira da reforma política democrática pautada principalmente pelas consultas diretas (os plebiscitos), pelo fortalecimento dos partidos políticos através da fidelidade partidária e do financiamento público de campanha e pela democratização do Estado, através do controle social e tem, também, atuado na luta contra o monopólio da comunicação, investindo em instrumentos democráticos de comunicação capazes de ajudar o movimento sindical e popular a reconstruir o projeto político democrático popular e um discurso identificado com os ideais de socialismo voltado para disputar a hegemonia na sociedade brasileira.

50. Com relação ao governo LULA, resultado de lutas populares e de um projeto histórico que a CUT ajudou a construir, fez valer sua autonomia e independência diante de partidos e governo, opondo-se com clareza aos rumos da política econômica e trabalhando para construir na sociedade brasileira um leque de alianças capaz de consolidar a construção de um projeto de desenvolvimento econômico sustentável para o Brasil. Nesse sentido, a Marcha pelo Salário Mínimo em 2004, da CUT Nacional, foi decisiva para que o governo federal criasse uma comissão quadripartite (governo, representações empresariais, centrais sindicais e representações de aposentados), destinada a discutir e elaborar a política de longo prazo de valorização do salário mínimo.

51. Lutar por uma política de valorização do salário mínimo, de médio e longo prazo, capaz de elevá-lo a um patamar necessário à sobrevivência do trabalhador (segundo o Dieese, em setembro passado, de R\$ 1.458,42), é uma das prioridades da CUT para o próximo período. Para alcançar este patamar, em 20 anos, seria necessário um aumento real ao ano de 9%, o que equivale pensar em aumentar o salário mínimo em 2006 para R\$ 343,35 (considerando uma inflação de 5% neste ano).

52. Para a CUT, defender um salário mínimo valorizado, como forma de promover o desenvolvimento e a geração de empregos, significa também atuar sobre o executivo e o legislativo junto com os movimentos sociais, sem prejuízos para o sindicato, para viabilizar a priorização de investimentos sociais no orçamento público, bem como fazer aprovar a proposta de imposto de solidariedade sobre

grandes fortunas aprovada nas instâncias da Central. Em caso de impossibilidade de garantir, ainda este ano, a aprovação e execução desta política de longo prazo, a CUT reforça a cobrança do cumprimento da promessa eleitoral de dobrar o valor do mínimo até o final do mandato. Isto significaria falar em um mínimo de R\$ 400,00 para 2006 e R\$ 525,00 para vigorar em 2007.

53. Diante dos desafios atuais, a CUT definiu uma estratégia de atuação que prioriza ações voltadas a um projeto de desenvolvimento sustentado com a redução das taxas de juros e do superávit primário, o estabelecimento de uma meta de crescimento e emprego entre as metas do governo, a troca do pagamento da dívida externa por investimentos em educação, a reforma agrária, a correção da tabela do IR, a defesa da seguridade social e a disputa pelo orçamento da União com o objetivo de promover políticas públicas de geração de emprego, renda e inclusão social. Inclui-se aqui a taxação sobre as grandes fortunas, como um dos instrumentos destinados a viabilizar a valorização do salário mínimo. Do mesmo modo, garantir a fixação de objetivos sociais à política econômica, visa também consolidar um arco de alianças que estreite os laços entre centrais sindicais e o movimento social e que aproxime setores do empresariado dispostos a romper com a financeirização da economia.

54. Nesta estratégia, é essencial criar uma ampla mobilização, a fim de tornar vitoriosas, a partir do diálogo e pressão sobre os poderes legislativo, executivo e judiciário, os projetos de interesse da classe trabalhadora brasileira. Assim, a CUT iniciou no dia 19 de outubro de 2005 uma Mobilização Nacional, divulgando e entregando a ministros e parlamentares, em Brasília, a "AGENDA DOS TRABALHADORES", reunindo alguns dos principais projetos e temas a serem debatidos com o Congresso Nacional, com o Executivo e com o Judiciário, denominada a OCUPAÇÃO PACÍFICA DO CONGRESSO NACIONAL e realizou em novembro deste mesmo ano a II Marcha Nacional por uma Política de Valorização do Salário Mínimo e Redução da Jornada de Trabalho, pois entende que o Brasil não pode parar e que é fundamental que os projetos que contribuam para o desenvolvimento do país sejam debatidos e votados.

55. Por outro lado, é preciso fortalecer a concepção de sindicalismo cutista, e reposicioná-lo diante da consolidação da 3ª revolução industrial e tecnológica, reestruturando seu modelo organizativo, buscando alternativas de organização para o trabalhador informal, para a juventude trabalhadora e para a economia solidária. Para isso, a CUT busca o fortalecimento da unidade da classe trabalhadora e do movimento social, através das campanhas pela redução da jornada e hora extra, combate à terceirização e promover a permanente sindicalização. Por isso, o 9º CONCUR se coloca como momento privilegiado e essencial para consolidar uma posição de vanguarda da Central. Além de nos colocar a oportunidade de fortalecer nossas concepções em defesa da democratização da estrutura sindical, do trabalhador como cidadão e consumidor e do fortalecimento dos instrumentos de comunicação da central, os debates que precederão o 9º Congresso permitirão à CUT participar, de forma destacada, ao lado de outras forças políticas e do movimento social, do processo de reafirmação do projeto político das esquerdas no Brasil. Nesse sentido, acompanhar os debates e participar desses momentos é essencial também para o fortalecimento do SINERGIA CUT.

56. Outro aspecto importante do acúmulo da CUT refere-se à compreensão reiterada na 10ª Plenária Nacional em 2002 de que a superação da estrutura sindical corporativa seria decorrente de um movimento que articulasse as iniciativas de transformação dos sindicatos, a construção da estrutura da Central e as ações

para mudar o marco institucional legal. Assim, a conquista da liberdade sindical seria decorrente das ações para dentro e para fora. No movimento para dentro, a visão de sindicato cutista de ramo de atividade, as definições sobre a organização vertical da CUT, as normas básicas para os estatutos das entidades cutistas. No movimento para fora, a visão da CUT sobre como deveria ser a estrutura sindical do país e o padrão de regulação de relações de trabalho.

57. A estrutura sindical corporativa existente hoje no Brasil não consegue responder às mudanças que estão acontecendo no mundo do trabalho e na sociedade. Com isso, dificulta a organização da luta pelos direitos do trabalhador como cidadão, a solidariedade entre as categorias e a participação dos sindicatos e da CUT de maneira eficiente na disputa pela hegemonia na sociedade. A organização sindical interna e o crescimento da Central foram construídos com dois movimentos: corroer a estrutura oficial instalada disputando eleições sindicais e alterando seus estatutos e formas de relação; e ao mesmo tempo, organizar e instituir novas entidades sindicais, ampliando a base de representação dos trabalhadores e trabalhadoras. Junto a isto, a organização sindical por ramos produtivos e nos locais de trabalho, embora ainda insuficientes, tornou a CUT reconhecida na defesa dos trabalhadores. Considerando esses elementos bem como as profundas transformações no mundo do trabalho ocorridas no último período, o 8º CONCURTO indicou a necessidade de uma estratégia de ampliação e fortalecimento do poder de representação da CUT, incluindo entre outras ações integradas a tarefa de "redefinir e reorganizar as estruturas vertical e horizontal e de construir novas formas de organização ou mudar as suas estruturas organizativas".

58. Por isso, também, priorizou a atuação no FNT – Fórum Nacional do Trabalho, construindo uma proposta de Reforma Sindical que está, ainda hoje, sendo elaborada, a partir da Plataforma Democrática Básica, aprovada na 11ª Plenária Nacional, em maio de 2005, capaz de promover alterações na estrutura sindical brasileira e avançar rumo à liberdade de organização.

59. A Comissão de Trabalho da Câmara Federal apreciará, em dezembro deste ano, o Projeto de Lei Substitutivo do Dep. Tarcísio Zimmermann, do PT RS, que trata da Organização Sindical, agregando todos os Projetos de Leis – PL's - sobre a Reforma Sindical existentes no Congresso. Nesse Projeto Substitutivo, foram contemplados 8 dos 11 pontos da Plataforma Democrática Básica. Após, o PL seguirá para o Plenário da Câmara. A CUT está atuando no sentido de garantir que os pontos prioritários sejam mantidos no Projeto Substitutivo e preparando-se para os embates que virão quando o PL estiver no Plenário.

60. Nesse sentido, um dos grandes desafios da Central é, além de qualificar os dirigentes sindicais que estão à frente das entidades verticais e horizontais, reestruturar e atualizar seu projeto político-organizativo, permitindo enfrentar os desafios do próximo período e alcançar um maior fortalecimento das entidades, organizadas por um novo padrão de relações entre Trabalho, Capital e Estado.

61. O movimento sindical brasileiro, coordenado pela CUT, tem um papel prioritário e estratégico na consolidação da democracia em nosso país e na América Latina, no próximo período. Por isso, a CUT tem reafirmado e atualizado seu projeto político-organizativo, conferindo a ele o caráter emancipatório necessário para cumprir seu papel histórico, incorporando novos segmentos de trabalhadores e, em especial, os trabalhadores que se encontram na informalidade. E com isso, o SINERGIA CUT assume também essa responsabilidade - da defesa intransigente dos direitos e aspirações dos trabalhadores e da consolidação de um projeto político e democrático, com desenvolvimento sustentado, liberdade e autonomia sindical. Ao

contrário de outras Centrais Sindicais, a CUT tem assumido o papel ímpar na real defesa dos interesses e necessidades da classe trabalhadora.

62. Para aprofundar o cumprimento das Resoluções da CUT assim como o nosso compromisso de luta pela transformação da sociedade, visando atingir nossos objetivos imediatos e estratégicos, para ampliação da democracia e do avanço rumo liberdade e autonomia sindical, o SINERGIA CUT tem buscado atuar em todas as instâncias da Central, desde o nível regional, no Estado de São Paulo, até o nacional, através da participação nas mobilizações e desenvolvimento de campanhas, na Coordenação das subsedes da CUT SP, representação na Direção Estadual da CUT e na Direção Nacional.

63. Frente às lutas da CUT, a Federação Nacional dos Urbanitários da CUT – FNU – levanta as mesmas bandeiras de transformação social, desde a redução das taxas de juros, a recuperação do poder aquisitivo do salário mínimo e, em especial, o apoio a organização sindical por ramos de atividade econômica.

64. Além disso, com relação ao setor energético, em resoluções do 6º Encontro Nacional da FNU realizado neste ano, a Federação assumiu o papel de intensificar a luta contra a privatização do setor elétrico e pelo controle social, a partir das seguintes ações: desenvolver Campanha Nacional contra os abusos das tarifas do setor elétrico, envolvendo o movimento social; interferir para a extinção da CVA (Compensação dos Valores da Parcela A); interferir junto ao Ministério de Minas e Energia e a ANEEL para extinção da Empresa de Referência; intervir na privatização das empresas do setor elétrico do estado de São Paulo, discutindo com o governo federal a federalização da CTEEP; intervir junto ao governo federal pela manutenção dos companheiros que estão à frente das empresas do setor elétrico; realizar campanha nacional pela revisão dos contratos das empresas de distribuição de energia; produzir estudo sobre risco de racionamento em 2009 (documento da Eletrobrás para 2016) e fazer a defesa dos investimentos para expansão em energia nova; retirada das federalizadas do PND; e, estabelecer uma estratégia nacional para o setor de gás que envolve a elaboração de proposta para atuação no debate sobre modelo e para ampliação da base de representação.

65. Todas essas iniciativas são fundamentais não só para os interesses dos trabalhadores, como também, para as transformações sociais tão almeçadas pela sociedade. Concomitante ao apoio das lutas propostas pela CUT e FNU, é essencial que o SINERGIA CUT se fortaleça perante os trabalhadores do setor energético paulista e do movimento sindical cutista para ampliação de direitos e conquistas dos trabalhadores energéticos.

3- SINERGIA CUT – Fortalecer Sempre

Sinergia: *“efeito resultante da ação de vários agentes que atuam da mesma forma, cujo valor é superior ao valor do conjunto desses agentes, se atuassem individualmente”*

66. Lutar pela liberdade e autonomia é uma das primordiais tarefas do sindicalismo cutista, reconstruindo as entidades sindicais rumo a uma nova estrutura

e cultura sindical. Nesse sentido, construir o SINERGIA CUT passou por exercitar estes princípios e materializá-los na sua estrutura organizativa.

67. Nascido em 1997 do sonho e da ousadia dos energéticos paulistas em construir a organização dos trabalhadores calcada nos princípios de liberdade e autonomia, o SINERGIA CUT, como o próprio nome explicita, agregou forças de eletricitários e gasistas, transformando-os numa nova categoria: a dos energéticos. Isso se deu a partir das transformações no processo produtivo, na organização e nas relações de trabalho, bem como na matriz energética brasileira, que introduziu outras fontes para geração de energia (como o gás natural), fazendo com que o trabalhador já não se enquadre mais na categoria profissional dos eletricitários ou dos gasistas somente.

68. O SINERGIA possui um projeto claro: romper com a estrutura sindical oficial e possibilitar aos trabalhadores do setor energético paulista enxergarem-se como sujeitos do processo político e reconstruir sua própria história de organização. Para isso, seu principal objetivo foi o de se consolidar na base dos sindicatos já existentes e penetrar na base dos outros sindicatos do Estado, colocando ao alcance daqueles trabalhadores uma outra alternativa de organização. Portanto, a estratégia definida foi a de construir um sindicato de Ramo, de base territorial de dimensão estadual, disputando a consciência e a filiação de cada trabalhador, a partir do local de trabalho.

69. Passados 8 anos de sua criação, o SINERGIA CUT é hoje a experiência mais concreta e positiva de liberdade e autonomia sindical existente na CUT. É a concretização do sonho de muitos que ousaram lutar e superaram barreiras impostas pela própria legislação e pelos incapazes de enxergar no novo a possibilidade de vitórias. Embora a atual legislação sindical brasileira seja um entrave para a construção dessa nova forma de organização sindical - daí a necessidade de uma Reforma Sindical - fomos capazes de responder com competência aos desafios do setor, aos anseios dos trabalhadores, consolidando o SINERGIA no movimento sindical como referência e experiência na prática de liberdade e autonomia sindical.

70. Neste ano, alcançamos mais uma vitória: a inclusão no SINERGIA CUT de mais um sindicato - o Sindicato dos Eletricitários de Presidente Prudente - que representa principalmente os trabalhadores da empresa CAIUÁ e do Grupo Rede.

71. O SindPrudente, formado no final dos anos 60, esteve até pouco tempo ligado à Federaluz e, portanto, à CGT. Contudo, nos 3 últimos anos, a partir das mesas de negociação da empresa CAIUÁ junto com a EEVP, começou-se a aproximação ao projeto do Sinergia CUT. A implantação da sede da Macro Região Pontal do Paranapanema na cidade de Presidente Prudente foi um facilitador desse contato. A medida que o SindPrudente foi percebendo que a aproximação a um Sindicato com uma prática sindical mais combativa trouxe a unidade dos trabalhadores para a conquista de vantagens e benefícios da categoria. Além disso, junto ao Sinergia foi tratado como parceiro diferentemente da relação que mantinham com a CGT. No Sinergia CUT, prática e discurso são sinônimos.

72. Assim, insatisfeitos com o modelo político-organizativo de sua Central, em 15 de julho deste ano, o SindPrudente filiou-se a CUT e é o mais novo integrante desse projeto cujo principal compromisso é a luta pelos direitos dos trabalhadores energéticos. No momento, a presença de nossos novos companheiros como convidados é importantíssima para compreender a relevância desse evento e adquirirem a cultura sindical da CUT.

73. É nesse contexto que o Sinergia CUT não só vem procurando unir forças com outros sindicatos, como também, vem procurando fortalecer-se através da ampliação de sua base de representação. A ampliação de nossas bases é de fundamental importância para fortalecer o Sinergia CUT e, sobretudo fortalecer a luta da categoria. Devemos, para esse próximo período, conquistar outras bases ampliando nossa representação, mostrando que somos um Sindicato que verdadeiramente preocupa-se com os anseios e necessidades da categoria. Portanto, a ampliação da sindicalização é também um fator essencial para o fortalecimento do projeto.

74. Papel importante nessa tarefa de fortalecer o Sinergia CUT terão os cerca de 90 recém eleitos representantes sindicais, com o compromisso de mostrar a importância da unidade dos trabalhadores, do sindicato como instrumento de luta e resistência, a lógica perversa da relação capital-trabalho e fazer da organização de base a mais nobre e poderosa ferramenta dessa luta.

75. Como reforço desse time de militantes sindicais, a direção do Sinergia CUT ousou em implementar como projeto piloto, na base da Elektro e regional sudeste da CPFL, no final de setembro deste ano, **a Comissão Sindical de Base** - CSB - que é composta por cerca de 60 trabalhadores eleitos em locais de trabalho, representantes sindicais e dirigentes sindicais de base mais próximos, seguindo a estrutura de organização da empresa e objetivando aprimorar a representação dos trabalhadores perante a administração local e regional das empresas.

76. Esse projeto inspirou-se na luta das Comissões de Fábrica dos metalúrgicos do ABC e na proposta de Representação dos Trabalhadores nos locais de trabalho do Ante-Projeto de Lei da proposta do Fórum Nacional do Trabalho, pois entendemos que a relação capital/trabalho é permeada por conflitos e que esses acontecem, prioritariamente, a partir dos locais de trabalho e é aí que funciona o laboratório das transformações no mundo do trabalho e a presença do sindicato nas bases é de fundamental importância para reagir aos efeitos da relação de exploração entre patronato e trabalhador.

77. Através da chave-mestra da organização sindical de base poderemos acompanhar e fazer cumprir os acordos coletivos, pois estaremos acompanhando o dia a dia de nossa categoria e sendo mais eficientes na proteção de nossos trabalhadores. Essa é uma tarefa árdua, visto que algumas empresas, a exemplo da Duke, Bandeirantes, Arecco e AES Eletropaulo vêm adotando práticas anti-sindicais. No entanto, nesses casos, nosso empenho em denúncias na DRT, no Ministério Público e Assembléia Legislativa propiciaram ainda maior reconhecimento e credibilidade da prática sindical do Sinergia CUT.

78. O Sinergia CUT ao acompanhar as transformações do mundo do trabalho, possui uma preocupação constante em relação à representação sindical dos trabalhadores das empresas prestadoras de serviços do processo de terceirização do setor energético. Infelizmente, o processo de terceirização afeta diretamente a organização sindical, pois fragiliza a organização coletiva em virtude da divisão dos trabalhadores, dificultando o desenvolvimento de uma identidade comum de interesses que os impulsionem à luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Mesmo assim, o Sinergia CUT tem apresentado grandes avanços na representação destes trabalhadores. Na data de 12/10/2005, o Sinergia CUT assinou a Convenção Coletiva de Trabalho com o Sindicato Patronal – SINDSTALAÇÃO. Isto representa um instrumento jurídico para a representação dos trabalhadores das empresas filiadas por este sindicato. Dessa forma, as empresas prestadoras de serviços poderão migrar para esta Convenção, podendo representar, assim os trabalhadores afetados pelo processo de terceirização.

79. É nesse sentido que o Sinergia vem procurando representar os trabalhadores das empresas prestadoras de serviços, agregando forças para uma luta que é de todos. Essa não será uma tarefa fácil, pois esses trabalhadores majoritariamente, são representados legalmente pelos sindicatos pelegos. Dessa forma, a organização e representação dos trabalhadores é uma de nossas prioridades para esse próximo período, pois acreditamos que esses trabalhadores devem ter os mesmos direitos e conquistas dos trabalhadores do quadro pessoal próprio das empresas elétricas.

80. Assim, na medida em que o Sinergia CUT vem se fortalecendo, tem pautado sua atuação tanto internamente, procurando fortalecer sua organização sindical, como ampliar suas bases de luta pela categoria e, também, atuar no contexto nacional, ao lutar contra o processo de privatização das empresas elétricas do estado de São Paulo; lutar pelo controle social de energia, ao defender a participação dos trabalhadores dentro das Agências Reguladoras para que estas desempenhem efetivamente o seu papel de fiscalizadoras; e, intervir na revisão tarifária e no debate do modelo do gás.

81. Além disso, o Sinergia CUT tem um especial cuidado com as questões sociais, ao definir política para jovens, gêneros e raças. E mais, no próximo período, teremos que desenvolver, ainda mais, a organização dos aposentados já que por decisão política da montagem da chapa da direção do Sinergia/CUT, destacou-se a participação de 10 dirigentes aposentados, 1 de cada macro-região sindical, para que o próprio aposentado-dirigente represente e organize a luta dos aposentados da categoria, ouvindo suas reivindicações e lutando por seus interesses. Adicionalmente, esses aposentados-dirigentes deverão, para o próximo período, participar das Associações dos Aposentados para hegemonizar o projeto do Sinergia CUT para os demais companheiros aposentados da categoria.

82. Todas essas conquistas e projetos não são frutos do acaso, são resultados de muito trabalho, planejamento e comprometimento dos dirigentes. Sempre interessados na melhoria da atuação do Sinergia CUT entre os trabalhadores e sociedade, os dirigentes, nos dias 05 a 07 de outubro deste ano, realizaram a Oficina de Planejamento do Sinergia CUT, cuja principal finalidade foi traçar as ações para o próximo período em conformidade com a marca da gestão – *Luta pela liberdade e autonomia sindical como instrumento essencial da cidadania* – e o objetivo geral – *a consolidação do Projeto Sinergia*. Nesta oficina, o Sinergia CUT priorizou as lutas em 4 grandes frentes que nortearão a atuação no próximo período: *Fortalecimento do Sinergia CUT, Organização Sindical, Energia e Controle Social e Gestão e Funcionamento Interno*.

83. É esse espírito de garra, luta e perseverança que deve transpassar todas as nossas ações sindicais, pois o Sinergia CUT tem consciência de seu papel ímpar: *somos os olhos, ouvidos e vozes de nossos trabalhadores*. Mas, para que o nosso projeto possa avançar ainda mais e, conseqüentemente, ampliar as conquistas dos trabalhadores da categoria, temos que nos atentar às próximas eleições sindicais do gás, pois a continuidade do projeto sinergia depende da eleição de uma direção comprometida com o projeto cutista.

Eleições para Fortalecimento do Sinergia CUT

84. Em 2005, o Sinergia CUT enfrentou vários desafios, acumulou experiências no exercício pleno da democracia e mobilizou os trabalhadores em torno da campanha salarial regada por um aumento real e manutenção dos acordos

coletivos até 2007. Entre os desafios desse período, se faz necessário destacar a vitória da eleição da atual diretoria do STIEEC e Sinergia CUT que obteve legitimamente 95% dos votos válidos da categoria com uma renovação de 40% da direção.

85. Essa vitória não foi alcançada a luz da sorte, foi resultado da prática cotidiana dos princípios cutistas de defesa intransigente dos direitos imediatos e históricos dos trabalhadores, de melhores condições de trabalho e de vida e do engajamento no processo de transformação da sociedade brasileira em direção à democracia, aliado às normas de conduta definidas pela transparência, ética, solidariedade, democracia e classismo.

86. É nesse contexto que o SINDGASISTA - uma das entidades do Sinergia CUT - é indispensável para o avanço do projeto, pois, como o STIEEC, confirma em sua prática diária esses princípios e concepções cutistas. São essas as premissas que embasam a atuação sindical diária, dessas entidades, nos locais de trabalho e que são legitimadas pelo voto direto em todas as eleições para a renovação das direções.

87. Dessa forma, é fundamental a eleição da chapa para renovação da direção do SINDGASISTA, que deve acontecer em março do ano que vem, já que o mandato da atual diretoria termina em abril de 2006. Indispensável ressaltar a importância do empenho de todas as entidades no pleito de uma das entidades que constituem o projeto Sinergia CUT.

88. Assim, é discussão fundamental deste 3º Congresso traçar a estratégia de campanha necessária para assegurar a vitória da chapa apoiada pela atual direção do SINDGASISTA na eleição do ano que vem. Pois essa chapa assumirá os mesmos compromissos e atitudes que garantiram a eleição das chapas únicas no STIEEC e no Sinergia CUT, em março deste ano.

89. A atual chapa do SINDGASISTA, defendida pelo Sinergia CUT, permanecerá com uma direção com o compromisso dos princípios cutistas, com a defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores gasistas e com o fortalecimento do Sinergia CUT, uma entidade política que ousa continuar desafiando a legislação para unificar a luta de todos os trabalhadores do setor energético.

90. Portanto, é responsabilidade coletiva definir e desenvolver uma estratégia de campanha focada no novo perfil dos trabalhadores gasistas e na significativa ampliação do número de empresas e de locais de trabalho. Construir a vitória da chapa do SINDGASISTA implica necessariamente buscar a representatividade em todos os locais de trabalho, renovando quadros e oxigenando a atuação sindical.

91. O processo eleitoral do SINDGASISTA em 2006 será certamente bastante diferenciado do último pleito. Em 2003, a eleição do SINDGASISTA envolveu trabalhadores do SINDGASISTA da Comgás, Gás Natural SPS e Engibrás. No ano que vem, a ampliação do número de trabalhadores na eleição é um desafio a ser vencido para garantir a participação expressiva também dos trabalhadores da Gás Brasileiro e das Empresas Instaladoras.

92. Maior o Sindicato, maior o desafio, maior a responsabilidade e maior deve ser a atitude pró-ativa de todos para garantir que o SINDGASISTA continue com uma direção comprometida com os princípios e concepções defendidas pelo Sinergia CUT.

93. Assim, **a vitória da chapa da direção do SINDGASISTA é a vitória de todos os energéticos**, já que a construção diária do Sinergia CUT é fruto do esforço coletivo e nos coloca na vanguarda do movimento sindical combativo, referência nacional de liberdade e autonomia sindical em apenas oito anos. O resultado só pode ser essa sinergia que nos caracteriza e nos transforma também em exemplo de coesão, de atuação conjunta que soma os esforços individuais para atingir com competência nosso objetivo comum - ser Sinergia CUT.

94. É por isso que nós, energéticos do estado de São Paulo, delegados de base e dirigentes sindicais, da ativa e aposentados, vimos neste 3º Congresso do Sinergia CUT relembrar a **Carta Compromisso** assinada pelas direções das entidades do Sinergia CUT e que já é endossada pela chapa da direção do SINDGASISTA quando reeleita em 2006:

“Sabemos hoje que um outro mundo é possível. Um mundo de igualdade de direitos, democracia, respeito, liberdade e solidariedade. Um mundo de vida mais justa, mais digna, com empregos, distribuição de renda, melhores condições de trabalho e conquista de qualidade de vida. Um mundo de respeito à diversidade, de responsabilidade social de fato, de cidadania plena.

Um mundo que está em construção há tempos, sempre regado pelo suor e às vezes pelo sangue de gente disposta a travar o bom combate. Gente que tem em comum a capacidade da solidariedade fraterna e da indignação diante de injustiças.

Transportando esse novo mundo possível para o movimento sindical, vale destacar que o exercício cotidiano da solidariedade requer não só o compromisso com a luta, mas também uma dedicação e uma persistência testadas a cada dia. Disciplina, firmeza, garra, combatividade e seriedade no cumprimento das tarefas assumidas são qualidades essenciais que devem ser perseguidas diariamente para quem se propõe a assumir o papel de dirigente sindical. Qualidades que vão garantir uma atuação eficiente e, conseqüentemente o respeito entre os trabalhadores de base.

É por isso que, conscientes da importância do nosso papel e coerentes com os princípios cutistas e a história do Sinergia CUT que nós, dirigentes eleitos para o mandato 2005-2008, reiteramos nossos principais compromissos, firmados durante a campanha eleitoral e agora transformados em eixos de atuação prioritária:

- *defender emprego, salário e renda;*
- *lutar pela liberdade e autonomia sindical enquanto instrumento essencial para a construção da cidadania;*
- *consolidar o projeto Sinergia CUT;*
- *combater todas as formas de precarização do trabalho e de discriminação no ambiente profissional ou pessoal;*
- *avançar na organização nos locais de trabalho;*
- *lutar contra a privatização e pelo controle social da energia;*

- *defender os fundos de pensão e planos de assistência médico-hospitalar;*
- *e lutar pela qualidade da energia que garante a qualidade de vida e a conquista da cidadania.*

Para tanto, nosso foco de atuação sindical será reforçado por princípios de transparência, ética, solidariedade, democracia e classismo. Nosso programa de gestão será praticado com coerência, respeito, confiança e esperança de contribuir para a construção desse outro novo mundo possível.

Reiteramos ainda nossa total disposição de luta, disponibilidade pessoal para priorizar as atividades do Sindicato e empenho total para despertar na categoria a consciência da necessidade da unidade para defender direitos e garantir conquistas. Porque, junto com a nossa indignação deve estar sempre nosso compromisso com a unidade.

Cada um de nós é muito importante enquanto indivíduo, mas é na ação coletiva que vamos vencer a força poderosa dos nossos adversários. É exatamente no coletivo que está a força imbatível da nossa energia para a luta por direitos imediatos e históricos da classe trabalhadora. Isso é sinergia. Esse é o nosso compromisso. E é isso que faz toda a diferença de ser Sinergia CUT."

95. Além da eleição do SINDGASISTA, é essencial a nossa intervenção qualificada nas eleições da CUT Nacional, CUT Estadual e FNU, deslocando apoio político para as chapas cujos candidatos - muitos deles experientes dirigentes do Sinergia CUT – são representantes da categoria do setor energético e que poderão, ainda mais, colaborar para o fortalecimento do Sinergia CUT.

96. Tão quão importante, serão as eleições gerais de 2006 (presidente, senador, deputado federal e estadual e governador) quando devemos estar atentos aos projetos em disputa, principalmente, quando há movimentos oportunistas dentro da nossa categoria. Contribuir para que as nossas idéias sobre o setor de energia sejam consideradas nas propostas de governo dentro do campo democrático popular e que tenhamos representantes nas esferas legislativas que defendam nossas idéias, serão tarefas importantes no próximo período.

97. Nesse contexto que o 3º Congresso do Sinergia CUT, 2º Congresso do SINDGASISTA e 12º Congresso do STIEEC possuem um importantíssimo papel. É o momento de nossos dirigentes e trabalhadores deliberarem sobre o futuro de nossa entidade sindical. Cada um de nós tem a responsabilidade de pensar na entidade como um todo, traçando o melhor caminho a ser seguido e qualificando nossas ações em prol dos direitos de nossa categoria. A construção consciente de nosso presente são os frutos de nosso amanhã.

3.1 - Estatutos – Mudar para Avançar

98. Para o fortalecimento do Projeto Sinergia CUT, avançar é sinônimo de atitude e mudanças efetivas. Além da necessidade de uma mudança organizacional é preciso adequar sua estrutura e funcionamento para enfrentar com maior qualidade os desafios fazendo com que as entidades envolvidas nesse projeto atuem com maior articulação e organicidade.

99. Essa adequação dos estatutos - independente da aprovação da Proposta de Reforma Sindical, nos moldes do Fórum Nacional do Trabalho e sua posterior implantação que será lenta em função do cenário político/eleitoral – têm a finalidade de fortalecer o projeto Sinergia CUT, pois existem inúmeros pontos dos estatutos das três entidades cujas diferenciações configuram um entrave para que as entidades caminhem rumo à concretude do projeto.

100. Nesse sentido, a direção do Sinergia propõe que tais modificações sejam feitas conforme detalhadas em anexo. Em linhas gerais, as mudanças irão ao sentido de:

a. Adequar os Estatutos das três entidades em conformidade ao Novo Código Civil (Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Capítulo II – Das Associações), que estabeleceu o prazo de até 10 de janeiro de 2007 para fazer as alterações necessárias;

b. Atualizar o Estatuto do Sindgasista a nova dinâmica provocada pela expansão do setor de gás no estado de São Paulo, melhorando o seu funcionamento para atender a essa nova realidade;

c. Atualizar o Estatuto do STIEEC a partir das mudanças introduzidas no 9º Congresso de 1999, à luz do funcionamento da entidade, atualizando a abrangência de representação da categoria com os novos agentes do mercado de eletricidade e incorporando avanços na organização sindical como a CSB; e,

d. Unificar, ao máximo, a terminologia e prazos dos três estatutos, inclusive, o funcionamento das instâncias.

3.2 – Campanha Salarial

101. Seguindo a lógica geral do mercado de trabalho brasileiro e tal como previsto para o contexto pós-privatizações, nos últimos anos as empresas vêm resistindo às pressões e mobilizações da categoria, cujas conquistas têm sido duramente atacadas, em especial no setor elétrico. As empresas estão chegando ao ponto de unirem suas forças para combater o Sinergia CUT. Mensalmente, elas participam de Fóruns - representadas por seus departamentos de recursos humanos - para montarem estratégias de enfrentamentos contra a nossa entidade sindical. Essa política de resistência pelas empresas tem dificultado, a cada ano, as nossas campanhas salariais. Contudo, através de muito trabalho e luta, o Sinergia CUT vem garantindo a resistência dos trabalhadores à piora nas condições de trabalho e remuneração e - apesar do contexto claramente desfavorável - alguns avanços para a categoria.

102. Na Campanha Salarial de 2005, um intenso trabalho foi desenvolvido. Oficinas foram realizadas para traçar os melhores caminhos e estratégias de

alcance de conquistas para a categoria, no sentido de envolver os trabalhadores nesse processo. Pode-se destacar os seguintes pontos:

103. Preparação e Organização Interna – Houve um significativo salto de qualidade na comunicação interna do sindicato e na comunicação com os trabalhadores, marcadas pela agilidade, precisão e detalhamento na disseminação de informações. O fato de ter antecipado a preparação da campanha, promovendo oficinas que subsidiassem a negociação, foi importante para melhorar a atuação dos diretores e a participação dos trabalhadores.

104. Mobilização e Organização de Base – Foi visível a ampliação do envolvimento dos trabalhadores nesta campanha, que apresentou um bom nível geral de mobilização nas empresas. A maior dificuldade esteve na Duke Energy pela truculência da direção da empresa.

105. Resultado do Acordo – Acompanhando o resultado geral das negociações coletivas no Brasil no último período, a campanha salarial garantiu a recomposição da inflação acumulada no período. Além disso, conquistou um aumento real para os trabalhadores, em relação ao INPC/IBGE, em quase todas as empresas. Além disso, houve outros avanços significativos, como a prorrogação do Acordo Coletivo e cláusulas de garantia de emprego em algumas empresas.

106. Elementos para Atuação Futura – Podemos apontar algumas questões para potencializar a ação nas próximas campanhas, a saber: preparar com antecedência a campanha salarial, com oficinas e formulação de subsídios; manter maior presença na base, inclusive os diretores da Executiva, em especial nos locais onde há maior dificuldade de ação sindical; promover assembleias constantes com os trabalhadores durante a campanha, que revelem a evolução, os avanços e dificuldades das mesas de negociação; e, em especial, antecipar a campanha salarial 2005 da CTEEP, envolvendo os aposentados da Lei 4819, em vista da perspectiva de privatização da empresa em fevereiro/2005.

107. Para o próximo período, deveremos continuar trabalhando as Campanhas Salariais de forma planejada e articulada com o movimento sindical cutista, lutando pela ampliação de conquistas, por aumento real de salários e benefícios, defesa do emprego e das condições de trabalho, pela redução de jornada e das horas-extras, unificação das datas-base e pela defesa da Fundação CESP como patrimônio dos trabalhadores que presta benefícios de AMH - O com qualidade a preços acessíveis.

4- Sustentação Financeira do STIEEC

108. Em 1997, quando comemorávamos 10 (dez) anos de vida nova no Sindicato, a Direção do STIEEC apontou para a necessidade de recompor a sustentação financeira da entidade para enfrentar novos desafios e construir uma entidade autônoma que representasse todos os trabalhadores do setor no estado de São Paulo – o Sinergia CUT. Conforme dito anteriormente, as privatizações do setor elétrico levaram a um acentuado aumento dos índices de desemprego e terceirização que causaram a drástica redução de sindicalização na entidade sindical do STIEEC. Resultado: redução de receita.

109. Ainda, desde 1992, a Contribuição Sindical – mais conhecida como Imposto Sindical, que é o desconto de um dia de trabalho de toda a remuneração do mês de março de cada ano, de todos os trabalhadores – não era mais cobrada. Assim, nossa luta sindical, à época, era custeada apenas com a mensalidade de 1,1% do salário nominal, reforçada com a contribuição do acordo judicial da CESP e da URP- Unidade de Referência de Preços - da CPFL.

110. Após debate com a categoria, esta aprovou a proposta apresentada pela Direção do Sindicato de elevação do custeio da luta para 1,5% sobre a remuneração mensal (salário nominal mais os adicionais fixos: periculosidade, ATS e Adicional de Acordo Judicial) e também do 13º Salário e da PLR.

111. Em todos estes anos, combinado com a capacidade de negociação dos dirigentes sindicais e com a disposição de luta dos trabalhadores, conseguimos sustentar nossa resistência às investidas das empresas em reduzir vantagens e conquistas, principalmente com a manutenção das cláusulas de proteção ao emprego.

112. Exemplo de entidade combativa, nossa ousadia tem sido a marca de experiência na negociação e no cotidiano da ação sindical: atuamos propondo e implementando os Conselhos Municipais de Serviços Públicos e Energia – CMSPE; elaboramos subsídios ao debate sobre revisão tarifária; temos uma intervenção política constante no debate de rumos da Fundação CESP; temos ações coletivas de substituição processual de FGTS, Adicional de Periculosidade; interpusemos ação contra a cobrança de CPMF; inovamos constantemente na negociação coletiva, ao propor e obter cláusulas como a de garantia de emprego nas empresas; ousamos em aprofundar a presença do sindicato na base com a eleição de 128 dirigentes - entre representantes sindicais e da Comissão Sindical de Base (CSB) - um avanço fundamental na organização no local de trabalho; entre outras importantes iniciativas.

113. Assim, nosso sindicato é claramente diferenciado de outros, que, amparados pela atual legislação sindical, se utilizam da representação formal para arrecadar recursos sem agir em defesa dos trabalhadores.

114. Infelizmente, algumas entidades sindicais, apoiadas e financiadas pela CGT e pelo favorecimento da CPFL, têm desenvolvido campanhas de sindicalização argüindo que cobram menor mensalidade com o mesmo Acordo Coletivo. Recentemente, levantaram proposta de mensalidade a “custo zero” e por 12 (doze) meses. Porém, trata-se de sindicatos pelegos, que fazem o jogo da empresa. Não fazem ação sindical, não comparecem a reuniões, não negociam. E, evidentemente, não propõem greves/mobilizações dos trabalhadores. Portanto, nos momentos em que o trabalhador sente que está sendo prejudicado, não se dirige a estes sindicatos, mas procura o sindicato combativo representativo da categoria – o Sinergia CUT.

115. Outro grande problema da atual legislação sindical é a abrangência dos Acordos Coletivos. Estes valem para toda a categoria, sócios e não sócios. Isso gera uma situação desconfortável, já que os trabalhadores sindicalizados acreditam na força coletiva, se mobilizam para manter e conquistar salários, vantagens e benefícios, enquanto os não sócios se beneficiam da luta e da conquista sem esforçarem-se para tanto.

A oportunidade do debate da sustentação financeira do projeto sindical

116. Nestes últimos anos, temos acompanhado algumas reclamações dos trabalhadores acerca do valor da mensalidade. Tivemos algumas desfiliações por conta disso como pode ser ilustrado do quadro abaixo. Isso ocorre, principalmente, porque os trabalhadores estão premidos pela necessidade de sobrevivência, o que significa pesar a remuneração frente aos compromissos financeiros e buscar cortar despesas. Os dados da Fundação CESP são esclarecedores, nesse sentido: 70% dos trabalhadores estão endividados pelos próximos 3 anos. Isso significa que o grau de endividamento da nossa categoria chega a patamares preocupantes. A política econômica de arrocho salarial dos anos neoliberais de FHC, que impedia a indexação dos salários, diminuiu muito o poder aquisitivo dos trabalhadores. Só agora, no Governo Lula, a renda dos trabalhadores está voltando, paulatinamente, a crescer.

| Ano | Sindicalização | Desindicalização | Saldo |
|--------------|-----------------------|-------------------------|--------------|
| 2003 | 466 | 100 | 366 |
| 2004 | 725 | 318 | 407 |
| 2005 | 606 | 220 | 386 |
| Total | 1.797 | 638 | 1.159 |

Subseção DIEESE e Depto. Admin. e Finanças 2005

117. A pressão predatória de alguns sindicatos - principalmente na nossa maior base, que é a CPFL - tem colocado os trabalhadores numa situação até constrangedora. Os trabalhadores têm plena consciência de que o Sinergia é o sindicato verdadeiramente combativo, porém, diante de suas difíceis situações financeiras, acabam se sensibilizando pela idéia de reduzir nas mensalidades. Embora seja perfeitamente compreensível esse movimento, é necessário que revertamos essa lógica de achar que tanto faz associar-se a um ou outro sindicato: o SINERGIA CUT é um sindicato diferente dos outros, com qualidades infinitamente superiores, presença na base e combatividade permanentes.

118. Temos uma ação sindical superior aos de muitos sindicatos no país, inclusive de outros representativos de nosso setor. Primeiramente, não somos apenas um sindicato, mas 3 sindicatos em 1, com uma importante estrutura logística e política; um significativo coletivo de militantes sindicais (diretores e representantes); produção de jornais semanais e boletins específicos por empresa; e, trabalho constante na base. Fazemos inclusive um tipo de ação sindical que a imensa maioria dos sindicatos não faz, atuando em espaços institucionais para além do meio sindical ou de nossa luta corporativa.

119. Ademais, cabe lembrar que de acordo com o Ministério do Trabalho, existem muitos sindicatos que recolhem mais de 25% de um salário do trabalhador, envolvendo mensalidade, imposto sindical e contribuições. O STIEEC arrecada 19,5% de um salário do trabalhador, e há mais de 13 anos deixou de cobrar o imposto

sindical. Sobrevive apenas com as contribuições de associados e, recentemente, deixou de descontar a mensalidade na PLR. Portanto, a mensalidade de nossos sindicalizados continua sendo das menores, mesmo quando comparada à de outras grandes entidades da nossa categoria e, inclusive, da CUT.

120. Atenta a toda essa realidade, a nova Direção do STIEEC, nas eleições sindicais de 2005, assumiu entre os compromissos da gestão, travar o debate da sustentação financeira. A idéia é formular uma alteração do padrão de sustentação financeira compatível com as demandas da ação sindical combativa e em conformidade com a proposta consensada no Fórum Nacional do Trabalho.

121. Em Setembro/2005, a Direção também tomou a iniciativa de suspender, temporariamente, o desconto da mensalidade sobre as parcelas do benefício de Participação nos Lucros e/ou Resultados (PLR ou PPR). Essa decisão baseou-se na possibilidade de termos um ganho futuro das nossas recentes conquistas do ACT 2005 das empresas da data-base junho, que são as nossas maiores fontes arrecadadoras - como aumento real nos salários e pagamento correto do adicional de periculosidade que integra a remuneração - aliada à adoção de medidas para o equilíbrio entre receita e despesas da entidade.

122. Naquele momento, apontamos que esta suspensão temporária permaneceria até uma melhor definição da sustentação financeira do movimento sindical, que está em debate em meio à proposta de Reforma Sindical que tramita no Congresso.

A atual forma de custeio das entidades sindicais

123. Para entendermos os avanços na forma de custeio realizado em nossa entidade sindical, necessitamos resgatar o que diz a Lei hoje e como o STIEEC ousou romper com isso.

124. Pela atual legislação sindical, há regras que definem a forma de sustentação financeira das entidades sindicais no país, envolvendo 4 (quatro) possibilidades:

a. Contribuição Sindical – o famoso “Imposto Sindical” - apesar do nome “contribuição”, tem natureza compulsória (obrigatória), ou seja, não cabe oposição ao desconto. Corresponde a um dia de remuneração do mês de março de cada ano, ou seja, 3,33% do salário daquele mês do trabalhador. Financia todo o sistema sindical, já que 60% ficam com o Sindicato, 15% com a Federação, 5% com a Confederação e 20% com o Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Embora descontado em março, o dinheiro é liberado para o Sindicato em maio ou junho pela Caixa Econômica Federal – CEF.

b. Contribuição Confederativa – definida em assembléia geral da categoria, aplicável apenas aos trabalhadores sindicalizados e distribuída sem definição de percentual entre o sindicato, federação e a confederação.

c. Contribuição Assistencial – também definida em assembléia geral da categoria e aplicável a todos os trabalhadores da categoria, sindicalizados ou não. Geralmente destina-se a cobrir despesas com programas assistenciais da entidade. Algumas categorias deliberam acerca de tal contribuição na aprovação da pauta de reivindicações para as

negociações salariais. Daí o nome de "taxa negocial". A justiça recentemente tem definido que a esta forma de desconto cabe o direito à oposição.

d. Mensalidade Sindical – é facultativa, uma vez que está atrelada aos associados. Como a Constituição Federal garante a liberdade de associação, só contribui quem quer, por livre e espontânea vontade. O seu valor é definido em assembléia geral ou congresso da categoria.

125. O STIEEC foi a primeira entidade sindical e cutista a impedir o desconto do Imposto Sindical. Nos primeiros anos, devolvíamos a parte que vinha para o sindicato (60% do valor). Em 1992, ingressamos na Justiça impedindo o desconto, entendendo que os próprios trabalhadores devem decidir a forma de financiamento e custeio da entidade, através da mensalidade sindical definida por eles mesmos. Ineditamente, obtivemos uma liminar que vigora até hoje, impedindo este desconto compulsório. A cada ano temos que renovar o nosso pedido à Justiça Comum, para que não haja o desconto. Em 2004, ingressamos com esta mesma ação para as 21 novas empresas que começamos a representar nos últimos anos e também obtivemos liminar.

126. É importante destacar que com as mudanças trazidas pela Emenda Constitucional no. 45 da Reforma do Judiciário ampliaram-se a competência da Justiça do Trabalho e agora, tais assuntos serão debatidos nesta instância. Isto pode significar uma possível mudança nos rumos da decisão judicial que atualmente impede o desconto, pois a tendência sempre da Justiça do Trabalho e seguir a legislação, como não poderia ser diferente. Aferiremos melhor esta tendência ou não, na audiência na Justiça do Trabalho, agendada no mês de Janeiro/2006, do último processo das novas empresas, ajuizado em 2004. A nossa posição é e será a de que SOMOS CONTRÁRIOS ao Imposto Sindical e lutaremos pelo seu fim.

127. Além disso, nosso sindicato não utiliza a Contribuição Confederativa, pois ela incide apenas para os associados. Utilizamos a Contribuição Assistencial - como "Taxa Negocial" - pelas conquistas das negociações coletivas das Campanhas Salariais. O montante definido para a taxa, geralmente, tem sido o índice salarial de conquista da negociação, que incide sobre todas as verbas e vantagens que o acordo coletivo garantiu. Aprovamos que o desconto do valor é para todos os trabalhadores, sócios e não sócios, com direito de oposição ao desconto.

128. Para os não-sócios, reforçamos o debate da sindicalização na linha de politização para que se conscientizem da necessidade de investir no Sindicato, entidade que defende seus interesses imediatos e históricos. Praticamos a devolução do valor descontado daqueles que se filiam. A partir de 2005, do valor devolvido, retemos a primeira mensalidade do trabalhador. Com isso, temos trazido vários trabalhadores às fileiras do sindicato.

129. As regras para a oposição ao desconto são democráticas e elásticas em seus prazos, pois estão incluídas explicitamente em cláusulas de nossos Acordos Coletivos. Essa preocupação diferenciada torna-se ainda maior quando outros sindicatos ligados a CGT e Engenheiros, tentaram, no fechamento do texto do Acordo Coletivo de 2005 da CTEEP, fazer manobras no sentido de impedir o exercício do direito de oposição.

130. O Fórum Nacional do Trabalho conseguiu produzir um acúmulo de debate sobre a legislação sindical em seus vários aspectos. Muitos deles foram consensuais e outros não chegaram a ser definidos. Na questão do custeio do movimento sindical, foi construído o consenso em torno de uma proposta, entre as bancadas do governo, empresários e parte dos trabalhadores.

131. Por essa proposta, a forma de sustentação financeira das entidades sindicais no país passaria a envolver duas contribuições:

Contribuição Associativa (mensalidade sindical) – terá caráter espontâneo, cabendo a cada entidade sindical disciplinar o seu valor, por meio de seus estatutos e de deliberações em assembléia.

Contribuição de Negociação Coletiva – terá periodicidade anual, estará vinculada à participação comprovada da entidade sindical em negociação coletiva e será devida por todo aquele abrangido por esta, filiado ou não a entidade sindical. Os valores efetivos de contribuição deverão ser apreciados e aprovados em assembléia geral, aberta à participação de todos os interessados, filiados ou não a entidade sindical. Deverá corresponder a, no máximo, 1% do valor da remuneração do trabalhador recebida no ano anterior e será pago em, no mínimo, três parcelas mensais, a partir do mês de abril, independentemente do número de contratos coletivos celebrados nos diversos âmbitos de negociação da entidade sindical. O cálculo será feito com base no demonstrativo de rendimento anual (Imposto de Renda Retido na Fonte), fornecido anualmente ao trabalhador pela empresa para efeito de declaração de renda. Será considerado o total de rendimentos tributáveis, inclusive férias, deduzidas a contribuição previdenciária oficial, a contribuição previdenciária privada, pensão judicial, o IR retido na fonte e o 13º Salário. O empregador deverá fornecer as informações relativas a cada um de seus trabalhadores. O rateio para os demais integrantes da estrutura organizativa da entidade sindical participante da negociação coletiva obedecerá aos seguintes percentuais: 10% às centrais sindicais; 5% às confederações; 10% às federações; 70% aos sindicatos e 5% ao “Fundo Solidário de Promoção Sindical”.

132. As atuais contribuições Confederativa e Assistencial serão extintas de imediato. O Imposto Sindical será extinto gradualmente, num período de transição de 3 (três) anos e da seguinte forma: 75% no primeiro ano; 55% no segundo ano e 35% no terceiro ano. Nesse período, dos valores arrecadados, irão 5% para as Confederações; 15% para as Federações; 60% para os Sindicatos e 20% para uma “Conta Especial Emprego e Salário”.

133. Segundo o MTE, hoje os trabalhadores brasileiros contribuem, em média, com 20% a 25% de um salário mensal por ano, se forem somados o imposto sindical e as contribuições confederativa e assistencial.

134. Caso seja aprovada, essa reforma viabiliza uma mudança significativa na forma de sustentação financeira do movimento sindical.

135. Verificando o Balanço Financeiro do ano de 2004 e do 1º. Semestre de 2005, divulgado no Jornal do Sinergia de no. 700 na semana de 24 a 30/10/2005, podemos ter uma idéia clara do custeio do nosso projeto sindical.

136. No Orientação de no. 178 de 24/10/ 2005, o Depto. Administrativo e Financeiro da entidade fez uma longa exposição detalhando e dissecando os números ali apresentados.

137. Um balanço preliminar de julho a setembro/05 aponta também que nossos gastos aumentaram e nossas receitas estão diminuindo, pois nos primeiros meses do 2º Semestre seguiram nessas mesmas condições, agravadas por uma Campanha Salarial da data-base junho/2005 que foi prolongada e gerou gastos significativos.

138. Como já observados nos anos anteriores (de 2001 a 2003), constatamos que o STIEEC recorrentemente faz uso de reservas de caixa advindas de doações/honorários de processos judiciais, contando com estas para cobrir as despesas. Essa é uma situação que necessitamos mudar, pois devemos dimensionar nosso funcionamento aquilo a que é garantido através de mensalidade e não de contribuições esporádicas e eventuais.

139. Além disso, desde a sua fundação em 1997 temos adotado a divulgação dos números de forma conjunta, misturando os números do STIEEC e do Sinergia CUT. Com a proposta de fortalecimento do Sinergia CUT, aliado as medidas de informatização da área da Tesouraria da entidade, pretendemos que para o próximo ano (2006) façamos um acompanhamento em separado das contas.

Uma proposta ousada, como é o Sinergia CUT

140. Diante da dura realidade vivida pelos trabalhadores de nosso setor e dos desafios cada vez maiores que nos são colocados enquanto representação sindical, bem como da necessidade de mantermos uma postura combativa e colada nas necessidades dos trabalhadores, acreditamos que é preciso encontrar uma forma de sustentação financeira que dê conta de todos esses fatores, sinalizando, ao mesmo tempo, para a mudança reivindicada pela categoria.

141. Nesse sentido, algumas mudanças devem ser efetuadas para otimizar os recursos da entidade sindical – STIEEC – a fim de alcançar os seus objetivos e avançar no fortalecimento do Sinergia CUT. Assim, é indispensável à mudança do padrão de sustentação financeira através da adequação das despesas do STIEEC e o arrecadado com a mensalidade sindical dos trabalhadores ativos e aposentados, por meio de reduções e maior controle dos itens de despesa da entidade.

142. Se por um lado, é necessária a redução de despesas, de outro, devemos buscar fontes alternativas de receita como novas ações judiciais, parcerias comerciais com retorno financeiro e outras alternativas que possam aumentar a arrecadação de recursos pela entidade e que sejam compatíveis às concepções do Sinergia CUT.

143. Ainda pensando no equilíbrio entre a receita de mensalidade e despesas do STIEEC, durante o ano de 2006, serão adotadas medidas à luz das possibilidades e

necessidades primordiais para otimização da sustentação de entidade, entre elas a continuidade de melhoria no Cadastro de Associados e integração com a área Administrativa da entidade; a melhoria no controle e forma de arrecadação de doações e/ou honorários de ações judiciais, repassando os custos processuais aos Reclamantes; e, destacadamente, implementar orçamentos pré-definidos para as áreas de trabalho e Macro-regiões. Aliado a todas essas medidas, será intensificado o acompanhamento das liberações de dirigentes que serão realizadas conforme as necessidades estratégicas das ações sindicais do Sinergia CUT.

144. Outra iniciativa visando à contenção das desfiliações será a implantação de procedimento de inibição das desfiliações com procedimentos de ciência a suspensão de benefícios e vantagens. Para fazer frente da situação dos não sócios que se beneficiam das lutas e conquistas daqueles que acreditam e investem no sindicato, continuaremos com a política de taxação através da contribuição negocial nas campanhas salariais sobre todas as verbas e vantagens que o acordo coletivo garante, uniformizando os prazos de direito de oposição.

145. Também será um desafio o aumento do número de trabalhadores sindicalizados com o desenvolvimento de intensa Campanha de Sindicalização com trabalhadores da ativa e aposentados, pois temos possibilidade de ampliar em algumas áreas e empresas. Além disso, buscar a sindicalização de aposentados e a representação das empresas terceiras, efetivando a sindicalização.

146. Além das iniciativas acima, a Direção apresenta aos delegados do 3º. Congresso do Sinergia, para deliberação dos delegados do STIEEC, uma proposta de alteração pautada centralmente nos seguintes pontos:

- a. Mudar o padrão de sustentação financeira com adequação das nossas despesas ao que arrecadamos com mensalidade sindical de ativos e aposentados, através de redução e controle dos itens de despesas da entidade.
- b. Reformular a base de incidência da mensalidade, limitando a um percentual sobre o salário nominal, adicionais fixos (ATS, 17,28%, Periculosidade), férias, gratificação de férias e 13º. Salário, ou seja, excetuando a mensalidade das parcelas de PLR.
- c. Alterar o percentual da mensalidade, reduzindo-o de 1,5% para 1,3%, em janeiro/2007 - sobre a remuneração mensal (salário nominal mais os adicionais fixos, entre eles periculosidade, ATS e Adicional de Acordo Judicial) e também Férias, Gratificações de Férias e 13º Salário - com o compromisso da direção de redistir sobre a sustentação financeira à medida que o projeto do Sinergia CUT venha a se solidificar.
- d. Fixar em assembléias a Contribuição Assistencial/Negocial nas parcelas da PLR ou PPR quando das negociações específicas sobre o benefício.

5- Diretrizes para o Próximo Período

147. A luz dos cenários político, econômico, setorial e sindical já analisados, foram apresentadas algumas diretrizes que nortearão as ações do Sinergia CUT para o próximo período. Dentre estas diretrizes, destacamos:

- a. Intensificar a luta contra a privatização e, com a proximidade da tentativa de privatização da CTEEP, por parte do governo do estado de SP, além das diversas iniciativas, faz-se necessária a antecipação da Campanha Salarial da empresa para assegurar, em especial, cláusula de garantia de empregos;
- b. Lutar pela aprovação de Projeto de Lei sobre Organização Sindical, já apresentado na Comissão de Trabalho da Câmara Federal, buscando avançar rumo à democracia e à liberdade e autonomia sindical;
- c. Intervenção no debate sobre a renovação da Direção Estadual e Nacional da CUT e da Direção da FNU, indicando representantes para assumir compromisso nas direções e, mais especificamente, colocando à disposição desse projeto o nome do companheiro dirigente Artur Henrique para a presidência da CUT Nacional;
- d. Reeleger no SINDGASISTA uma chapa comprometida com a continuidade da luta alicerçada às bandeiras cutistas e no fortalecimento do Sinergia CUT, ampliando a representatividade da direção com trabalhadores das novas empresas representadas;
- e. Intervir e contribuir no debate da elaboração do Modelo de Regulação do Gás;
- f. Preparar as Campanhas Salariais do próximo período de forma planejada e articulada com o movimento sindical cutista;
- g. Contribuir para que os nossos trabalhadores façam uma reflexão crítica sobre os projetos em disputa nas eleições gerais de 2006, além de contribuir para que as nossas idéias sobre o setor de energia sejam consideradas nas propostas de governo dentro do campo democrático popular e que tenhamos representantes nas esferas legislativas que defendam nossas idéias. Assim, deve-se indicar o nome do companheiro Tiãozinho, dirigente do SINERGIA CUT, para continuidade da luta em defesa do setor energético na ALESP, como deputado estadual;
- h. Intensificar a política de organização dos aposentados; e
- i. Elaborar uma política de organização sindical de base envolvendo mais jovens, mulheres e negros no cotidiano do sindicato, e ampliar o debate da diversidade entre os trabalhadores.

6- Plano de Lutas

148. Diante da atual realidade dos setores, das empresas e dos trabalhadores, existem algumas lutas que são imprescindíveis na atuação do Sinergia CUT. Por isso, são prioritárias as seguintes ações:

- a. Preparar e ajuizar ações contra a privatização da CTEEP;
- b. Propor greves aos trabalhadores da empresa CTEEP em todo o estado de São Paulo na data 19/12/05 - dia da Audiência Pública sobre a privatização desta empresa elétrica na ALESP;
- c. Realizar Campanha de esclarecimento sobre a "Conta de Luz";
- d. Organizar a Intersindical do Grupo Rede em conjunto com os sindicatos dos estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e Paraná para unificação das lutas;
- e. Intervir no debate realizado pela ANEEL sobre Revisão Tarifária, em especial sobre a Empresa de Referência - ER;
- f. Acompanhar a pesquisa aplicada pela ANEEL do Índice de Atendimento de Satisfação ao Consumidor - IASC - nas empresas elétricas das cidades em que o Sinergia CUT representa a categoria;
- g. Consolidar a Organização por Local de Trabalho - OLT - nas novas empresas do setor energético;
- h. Unificar as datas-base das empresas energéticas;
- i. Lutar pela uniformização dos benefícios e salários entre as empresas tomadoras de serviços e as prestadoras de serviços; e,
- j. Resgatar a luta pela Regulamentação das atividades-fim no ramo;
- k. Garantir a representação dos trabalhadores das novas empresas no ramo energético;
- l. Incluir nas discussões com a categoria a luta da CUT pela valorização do salário mínimo;
- m. Elaborar um grupo, definindo nomes para discutir as eleições sindicais de outras bases;
- n. Intensificar as ações sindicais nos locais onde o SINERGIA CUT possui problemas de disputa de base e desfiliações;
- o. Envidar esforços para redução da alíquota do Imposto de Renda e Reajuste da Tabela;
- p. Articular junto à FNU e a CUT a retomada e o resgate do debate no Congresso Nacional sobre Aposentadoria Especial, questionando pautas relacionadas à insalubridade, periculosidade e penosidade;
- q. Intervir mais incisivamente nas Delegacias Regionais do Trabalho através do acompanhamento dos processos de fiscalizações das denúncias feitas pelo Sinergia CUT; e
- r. Intensificar as ações de interesse dos trabalhadores aposentados pelo Coletivo de Aposentados.

